

Caminhos de Florianópolis

A Festa do Espírito Santo na Ilha de Santa Catarina

*“Espírito Santo – Ante-ontem começaram
as Novenas do Divino Espírito Santo, com
tôda a pompa e grandeza; e não podia deixar
de suceder assim, porque o Imperador além
de ser homem que tem patacos grossos, tem
bom gosto; é brioso e nada mesquinho;
portanto, teremos moscas por cordas e
mosquitos por arame.”*

Jornal Santelmo, de 23 de maio de 1858, Desterro
Diretor J.J.Lopes
(In:Oswaldo Cabral:1972:265)

Numa relação simbiótica, de pura magia e encantamento, Florianópolis, a cidade-capital do Estado de Santa Catarina se espalha por toda a Ilha de Santa Catarina, acariciada pela imensidão do mar, numa dança de tons verde e azul ametista que se encontram e se confundem com a branca espuma das ondas a beijar a alva areia de suas praias. O esplendor da verdejante paisagem contrasta com a beleza arquitetônica de seus edifícios e modernas avenidas que abraçam a orla marítima, com o colorido casario das freguesias pesqueiras e com as casas alinhadas que se esgueiram nas encostas de seus morros.

O território físico de Florianópolis inclui toda a Ilha de Santa Catarina, uma área de 424,40 km², muitas ilhas e ilhotas de seu entorno e uma pequena parte do continente correspondente a 12,10 km². Um território abençoado por uma natureza privilegiada, que tem o mar como fronteira maior e que é referência de identidade insular.

A simbiose Ilha-Capital é histórica e nos reporta a 1739 quando o rei de Portugal, D.JoãoV, criou a Capitania de Santa Catarina e coube ao Brigadeiro José da Silva Paes, primeiro governador, escolher a sua sede. A capital eleita foi a póvoa Nossa Senhora do Desterro, fundada pelo bandeirante paulista Francisco Dias Velho em 1673 e elevada à categoria de Vila a 23 de março de 1726. A denominação de Florianópolis ocorre em 3 de outubro de 1894, com o fim da Revolução Federalista. Um nome que se impôs por desígnios políticos em homenagem ao Marechal Floriano Peixoto e até hoje não aceito por boa parcela dos ilhéus. O fato de a Ilha abrigar a Capital do Estado de Santa Catarina, desde os tempos de Capitania, fortalece a relação Ilha-Capital e transmite aos seus moradores a consciência e o imaginário da insularidade, embebidos por suas tradições seculares, flora fascinante e paisagem exuberante da Mata Atlântica, das dunas, praias, restingas, manguezais e lagoas.

Se de forma oficial os documentos não registram Florianópolis – Ilha de Santa Catarina, sua gente há muito fez desta união uma marca presente em toda parte e de todas as formas. Aliás, a propósito do nome, há que se considerar que Florianópolis, hoje, conhecida em todo o Brasil e internacionalmente por sua singular beleza, agregou outros valores a sua grafia, principalmente pelas novas gerações. Florianópolis tem a juventude de Floripa e a delicadeza da flor do Garapuvu. Mas a Ilha, esta sim será sempre abençoada por Santa Catarina que lhe dá o nome, por outorga do navegador italiano Sebastião Caboto desde 1526.

O município de Florianópolis, que tem na Ilha de Santa Catarina a sua principal extensão territorial, com uma população de cerca de 370 mil habitantes é a capital com a melhor qualidade de vida do País. Está entre as cidades brasileiras com o mais alto Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, detentora da menor taxa de mortalidade infantil das capitais (9,51 a cada mil), ostenta as mais elevadas taxas de escolaridade e qualidade da educação fundamental à superior e a renda per capita da sua população é quase o dobro que a média nacional. A Rede de Ensino Superior capitaneada pelas Universidades Federal de Santa Catarina – UFSC e do Estado de Santa Catarina – UDESC é reconhecida pela excelência de seus cursos de formação, extensão universitária e na pesquisa científica, bem como é referência internacional na educação à distância na pós-graduação.

Assim é Florianópolis. Uma cidade que alcançou alto índice de desenvolvimento econômico e social consciente de sua responsabilidade com o

futuro de seus cidadãos expressos nos olhares, nas vozes, no jeito de ser e estar na Ilha e no forte sentimento de auto-estima que transparece no viver de seu povo temperado pela maresia e ao sabor do vento sul, *num sopro equóreo de espumas* como cantou o poeta Cruz e Sousa. Uma cidade especial que tem 43% de seu território como área de preservação permanente, que sabe conciliar o desenvolvimento urbano com a beleza geográfica e o patrimônio cultural e que tem no turismo seu principal potencial econômico.

Uma cidade de contrastes, um estilo de vida ímpar, único. Onde o moderno convive com o antigo que fala de seu passado histórico. Um patrimônio que se revela nos sambaquis e sítios arqueológicos cujos registros mais antigos datam de 4.800 anos, conjuntos arquitetônicos coloniais, igrejas, museus e fortalezas. Marcas de um tempo que ficou para trás. Símbolos da cidade orgulhosa de sua memória histórica e cultural como a Catedral Metropolitana Nossa Senhora do Desterro, a Fortaleza de Santa Cruz, na Ilha de Anhatomirim, o Palácio Cruz e Sousa, o Mercado Público e a Ponte Hercílio Luz, uma ponte pênsil com 821 m.de extensão sendo 339,47 m. de vão central – mais que um monumento, uma relíquia, um fetiche a referendar a identidade do catarinense.

Uma capital cosmopolita, com praias lindas de águas calmas e cálidas, destino de milhares de visitantes ou de mar agitado, cavado, reduto de surfistas atraídos por suas ondas gigantescas, potentes e perfeitas, que convive com freguesias bucólicas onde o ritmo da vida segue o compasso das ondas do mar que buscam mansamente o regaço da areia da praia.

Cenários de ontem e de hoje. Povoados de pescadores vincados pelo vivo contraste entre o cotidiano sofrido por arrostar o mar e os tons coloridos da paisagem intocada, numa profusão de nuances a iluminar o mar e a terra. Está tudo contido ali: Ilha e cidade. Tão simples como contemplar o mar em ruidoso diálogo com as rochas do Morro das Pedras e de caminhar pelas ruas do Ribeirão da Ilha e Santo Antônio de Lisboa com seu casario e engenhos oitocentistas. Tão simples como percorrer os cantos e recantos da Lagoa, com seu suave entorno ondular e sua Igreja de Nossa Senhora da Conceição, elevada há mais de dois séculos no alto do morro, dominando a encostada, voltada para a Freguesia e para a famosa Lagoa da Conceição tão cantada em prosa e verso. Ou, ainda, dar a volta na centenária figueira encravada bem no centro da Praça XV de Novembro para retornar mais vezes ou encontrar o amor almejado, como reza a tradição.

A cidade de Florianópolis retrata um perfil cultural singular resultante de um processo histórico de fusão de culturas, de assimilação, de trocas simbólicas que aconteceram ao longo dos séculos. Neste universo de contribuições culturais encontram-se os índios Carijós – pertencentes ao Grupo Tupi-guarani, os bandeirantes vicentistas, os escravos africanos e os açorianos. A amálgama original deste fundamento étnico e cultural somou-se outras correntes imigratórias de alemães, italianos, poloneses, gregos e libaneses aqui estabelecidos a partir do século XIX. Nos anos setenta, do século XX, um novo movimento migratório emerge decorrente do processo de globalização e da busca de qualidade de vida numa cidade que oferece o melhor potencial de investimento do País. Novos migrantes provenientes de países da América Latina e brasileiros de outros Estados, principalmente do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo que de forma significativa tem influenciado na dinâmica do processo cultural local.

Um notável encontro de povos que fez de Florianópolis um exemplo de diversidade cultural, um espaço para vivenciar o pensar plural, de conviver com gente de outras latitudes e geografias. Um povo cordial, hospitaleiro, trabalhador, pacífico, que sabe ser tolerante, respeitar as diferenças e comungar a pluralidade étnica, a diversidade sociológica e cultural que o identifica.

Na geografia das almas desta Ilha-cidade, nos caminhos percorridos por muitas gerações de florianopolitanos foram os açorianos que marcaram de forma definitiva a trajetória de sua presença na construção da sociedade do litoral catarinense.

Sobre os habitantes de Florianópolis e sua índole assim se expressou o escritor Virgílio Várzea (1863-1941), em sua obra “Santa Catarina – A Ilha” cuja primeira edição é de 1900.

“ O povo catarinense, descende em sua quase totalidade de ilhéus açorianos e madeirenses, principalmente dos primeiros, de quem herdou o caráter humilde e bom, as excelentes qualidades morais, a índole trabalhadora e paciente, de uma rara tenacidade, afazendo-se facilmente às dificuldades, às privações e agruras do meio conformando-se com tudo, pacífica e resignadamente.”

(1984:19)

A Provisão Régia de 31 de agosto de 1746 que abriu o alistamento em todas as Ilhas aos “cazaes” que, voluntariamente, quisessem atravessar o oceano e tentar a sorte na América solicitava informações minuciosas sobre a identificação dos candidatos, tais como: nome, naturalidade, idade, a estatura, a cor dos cabelos, da pele e dos olhos, o formato do rosto, do nariz e da boca, tipo de barba, profissão, residência, estado civil. Aos casados ajuntava-se o nome da mulher, a sua filiação, naturalidade, e idade, e caso tivessem filhos, os nomes, sexo e respectivas datas de nascimento. Dados que permitiram traçar um perfil sociológico e demográfico do homem e da mulher açoriana que se alistaram dispostos a emigrarem trocando de forma corajosa a difícil realidade da vida árdua do Arquipélago rumo a incerteza de uma outra terra que tanto prometia e dela nada sabiam.

O movimento migratório do século XVIII (1748-1756) que trouxe para o Sul do Brasil, aproximadamente seis mil açorianos provenientes das Ilhas de São Jorge, Pico, Faial, Terceira, Graciosa e São Miguel e pouco mais de sessenta madeirenses assentando-os na Ilha de Santa Catarina e ao longo da orla atlântica representou um significativo marco na historiografia social e cultural catarinense. Pode-se entender a importância desta maciça entrada de pessoas que efetivou a ocupação da Ilha e quadruplicou a escassa população que, à época, não passava de algumas centenas de habitantes. Um contingente humano expressivo que não apenas causou grande impacto demográfico, mas evitou a ocupação espanhola no Brasil Meridional e conferiu à população da Ilha de Santa Catarina e de todo litoral catarinense, a caracterização de um quadro cultural cujos traços sobreviventes são visíveis sob diversas formas e matizes.

Era dia de Santos Reis – 6 de janeiro, um dia de verão de 1748. Uma data que ficou na história por registrar a chegada do primeiro grupo de açorianos à Ilha de Santa Catarina, após quase três meses de uma longa viagem marcada por adversidades e muito sofrimento desde a saída do Porto de Angra, da Ilha Terceira, a 21 de outubro de 1747. O próprio Governador da Capitania de Santa Catarina, Brigadeiro José da Silva Paes, recepcionou no Porto da Ilha de Santa Catarina as duas galeras que trouxeram 461 imigrantes, entre estes 22 menores. Acomodou-os na Vila Nossa Senhora do Desterro (hoje Florianópolis), na rua que passa a ser denominada “dos Ilhéus”, na região atrás do morro (Trindade) e às margens das

baías norte e sul. Medidas tomadas de acordo com que determinava e instruía a Provisão Régia de 9 de agosto de 1747, de cujo texto citado por Walter Fernando Piazza em “A Epopéia Açórico-Madeirense 1746 -1756” (1999:100) destaca-se o abaixo transcrito:

“(...) O dito Brigadeiro porá todo cuidado em que estes novos colonos sejam bem tratados, e agasalhados, e assim que lhe chegar esta ordem, procurará escolher assim na mesma Ilha como nas terras adjacentes desde o Rio de S. Francisco de até o Serro de S. Miguel, e no certão correspondente a este districto com athenção porem a que se não dê a justa razão de queixa aos Hespanhóes confinantes, aos citios mais próprios para fundar logares em cada em dos quaes se estabelecão pouco mais ou menos sessenta cazaes dos que forem chegando, e no contorno de cada logar e nas terras que ainda não estiverem dadas de sesmaria asignalará um quarto de legoa em quadro a cada um das cabeças do casal do mesmo lugar, na forma declarada no dito edital.(...)”

No “1º Livro de Sesmaria do Governo da Capitania de Santa Catarina” onde foram registradas as terras concedidas aos “cazaes” açorianos na Ilha de Santa Catarina, no período que vai de 2 de junho de 1753 a 26 de junho de 1806, conforme quadro apresentado por Piazza (ob.citada.p 331-332), encontra-se entre os beneficiados: Luiz Martins - 400 braças na Ponta de Cacupé, 1753; Manoel Ventura – 140 braças na Ponta Grossa, 1759; João d’Andrade – 400 braças na Praia das Frexas e 100 braças na Freg.da Lagoa, 1774; Manoel Espindola – 200 braças na Vargem de Ratonos, 1774; José da Rosa Luz – 160 braças em Ratonos, 1776; Paulo Lopes Falcão – 120 braças no Saco de Limões, 1776; Manoel Borges – 185 braças no Saco dos Limões, 1777; José Cardoso Caldeira – 500 braças em Caiacanga, 1777; Manoel Vieira e outros – 248 braças na Lagoa, 1778; João dos Santos e A.Fernandes – 120 braças na Lagoa, 1787; Guiomar H.da Cunha – 1500 braças no Rio Tavares, 1788; António José Nunes – 400 braças nos Ingleses, 1788; Joana do Nascimento – 750 braças no Pântano, 1789; Antonio Vieira Rabelo – 2.600 braças no Rio Tavares, 1790; Aleixo Maria Caetano – 82 braças no Itacoroby, 1790; António Correa da Silva – 594 braças na Lagoa, 1791; João da Costa da Silva – 750

braças no Sacco,1791; Domingos Pontes Cabral – 495 braças na Ilha, 1791; Antonieta Ma. da Cunha – 920 braças em Prejubahé,1791; Miguel Antônio da Silva – 750 braças em N.S.das Necessidades,1800; José Correia de Miranda – 260 braças no Córrego Grande,1803; Rita Ignácia d’Almeida – 400 braças na Tapera,1803; Manoel Dutra Garcia Barreiros – 220 braças no Ribeirão,1804.

Estes são apenas alguns nomes de “cazaes” e famílias e a respectiva área de terra que lhe foram destinados para a sua fixação e sobrevivência na Ilha de Santa Catarina. Onde o “quarto de légua em quadro” significou mais do que uma medida de terra para o assentamento dos “cazaes.” Representou a medida da dignidade de um povo que marcou as fronteiras do Sul do Brasil, fincou raízes profundas escrevendo uma nova história, num outro espaço e tempo, na formação da sociedade catarinense.

Nas palavras do primeiro historiador catarinense, Manoel Joaquim de Almeida Coelho, em sua obra “Memória Histórica da Província de Santa Catarina”,publicada em 1853 e reeditada em 1877, pode-se avaliar a extensão da contribuição dos povoadores açorianos e a importância do papel desempenhado no nosso desenvolvimento:

“ Desde a chegada desses colonos, começou a Ilha a florescer em habitantes, em agricultura e mesmo em indústria manufatureira, apesar de terem sido mal cumpridas as recomendações do governo de Portugal, assim a respeito da repartição das terras, como do tratamento prescrito nas Provisões do Conselho Ultramarino, resultando daí abandonarem alguns colonos o país, e outros arreperderem-se de ter vindo;(...)”

E acrescenta ainda Almeida Coelho:

“ Foi com a distribuição desses colonos prestimosos e interessantes pela Ilha, e alguns lugares da terra firme,que se formaram as melhores povoações,hoje convertidas em cidades,vilas e freguesias;podendo dizer-se,sem risco de erro, que poucas são as atuais famílias catarinenses que deles não descendam.”

Ao final da grande diáspora do século XVIII, marcada pelo não cumprimento da promessa real, por descasos e dificuldades de adaptação às condições

climáticas e ao tipo de solo recebido para o desejado plantio, os açorianos estavam estabelecidos em três pontos da Ilha de Santa Catarina: Nossa Senhora do Desterro (Florianópolis), Nossa Senhora da Conceição da Alagoa (Lagoa da Conceição) e Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio (Santo Antônio de Lisboa). O crescimento demográfico e a prosperidade econômica nas freguesias são visíveis e novas freguesias foram sendo criadas como a freguesia Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão (1809), a de São João Batista do Rio Vermelho (1831), a de São Francisco de Paula de Canasvieiras (1835), e a da Santíssima Trindade (1838).

O florescente desenvolvimento pode ser constatado, já no ano de 1755, pelo número de teares, cerca de cento e quarenta, na fabricação manual de tecidos de linho e algodão e no plantio do açúcar, café e no tradicional cultivo do trigo que, paulatinamente, foi substituído pela cultura da mandioca, herança indígena, e a conseqüente produção de farinha de mandioca. Outro aspecto importante foi a continuidade da tradição pesqueira, tirando do mar o seu sustento com a pesca de alto-mar, a implantação das armações de baleias, a intensa caça de cetáceos, a pesca de rede de arrastão e a construção dos grandes barcos, das baleeiras e da canoa bordada escavada num tronco único de Garapuvu, um legado dos índios Carijós. Os açorianos, portanto, ousaram e inovaram nas tecnologias agrícolas e manufatureiras ajustadas ao ambiente deste Brasil subtropical, bem como foram mestres no uso de recursos aquáticos e na construção naval.

O relatório do governador João Alberto Miranda enviado a Lisboa em 1797, apresenta um retrato detalhado da situação da Capitania de Santa Catarina no período de sua gestão (1793-1800). Com referência a Ilha-Capital oferece uma visão fundamentada de suas atividades produtivas e do cotidiano das freguesias, destacando a presença de algumas dezenas de atafonas de trigo e de trezentos e cinqüenta engenhos de mandioca, além da produção de açúcar, aguardente, engenhos de pilar arroz e curtumes de couro. Faz referência à expansão do comércio do Destêrro, registrando o movimento anual de embarcações no porto da Ilha, enumerando as lojas de fazenda, armarinhos, armazéns de secos e molhados, tavernas, boticas, casas de pasto, e relaciona os ofícios existentes de alfaiates, sapateiros, ferreiros, marceneiros, serralheiros, barbeiros, tanoeiros, pintores funileiros e entalhadores.

A sociedade desterrense era agradável e simples, uma continuação da vida familiar e assim sendo bastante fechada, seleta e cerimoniosa. Os saraus musicais

e literários, os jogos de salão para as famílias, as “partidas” dançantes em clubes ou nas salas das residências familiares, as apresentações teatrais, os concertos e retretas de bandas musicais e as celebrações e festividades religiosas constituíam os momentos de convívio da Vila-Capital.

Intensa atividade cultural, social e política caracterizam a Desterro do século XIX, as crônicas registram a existência de inúmeras sociedades musicais e recreativas como a Paraíso Desterrense(1861), a Germânica (1871),o Clube Doze de Agosto(1872), a Lira Artística Catarinense(1877) que promoviam concertos musicais, canto lírico, espetáculos de ópera e grandes bailes e, ainda, as sociedades carnavalescas existentes desde 1859 com suas marchas e fantasias. São desta época as três Bandas Musicais: Filarmônica Comercial, Sociedade Musical Amor à Arte e a Sociedade Musical e Recreativa N.S.da Lapa, o Teatro Álvaro de Carvalho entregue ao público em 1875 com o nome de Santa Isabel e a Biblioteca Pública fundada durante o governo de João José Coutinho, instituições que ainda existem nos dias atuais.

A vida cultural de Desterro não parou de se enriquecer adensando sobretudo a galeria de relevantes personalidades nas artes plásticas e literárias,entre os quais estão o pintor Vitor Meirelles, os escritores Manoel Joaquim de Almeida Coelho, Lacerda Coutinho, Virgílio Várzea, Marcelino Antônio Dutra e João da Cruz e Sousa, o príncipe negro da poesia simbolista brasileira. Um fazer cultural também revelado na circulação de inúmeros jornais desde o primeiro, “O Catharinense”, que foi o embrião da imprensa catarinense, fundado em 1831 pelo lagunense Jerônimo Coelho.

Certamente, são expressões culturais, as artes, a literatura, a música, herdadas de uma longínqua matriz açoriana, raízes desgarradas, perdidas do seu passado histórico e de geografias partilhadas nas suas Ilhas deixadas para trás. Raízes suturadas e plantadas na antiga Vila N.S.do Desterro cujos descendentes foram filhos desta terra ilhoa, formaram famílias e escreveram a história cultural, religiosa, econômica e política de Florianópolis e de Santa Catarina. Nomes como Costa, Ramos, Oliveira, Cardoso, Machado, Pereira, Vieira, Rosa, Livramento, Silveira, Souza, Amorim, Ávila, Ferreira, Fontes, Moura, Pires, Pacheco, Luz, Martins, Jacques, Bittencourt, Fagundes, Melo, Gualberto, Carreirão, Cunha, Correia, Ribeiro, Duarte, Rodrigues, Coutinho, Soares, Dutra, Carvalho, Cabral,

Aguiar, Silva entre tantos outros sobrenomes de famílias que abraçam como pontes de afetos fecundos e nos unem aos Açores e sua gente.

Registros da memória coletiva, como uma colcha tecida com o fio da esperança, ancorada na saudade e nos sonhos de muitas outras gerações, entrelaçadas no tempo e no espaço ao longo de duzentos e cinqüenta e oito anos e que influenciou fortemente e decisivamente a formatação dos padrões sócio-culturais de Florianópolis. Um contínuo processo de criação que teve nas tradições do povo a fonte de inspiração, inovando, revificando e dinamizando ao longo de um caminho marcado pelos ecos de um percurso secular. Uma herança histórico-cultural sobrevivente e facilmente percebida em todos os distritos e bairros da Ilha-Capital e nas terras fronteiriças do continente, componente do Patrimônio Cultural do município.

Constituem o saber e o fazer cultural. Os hábitos e costumes. O acervo espiritual do povo, o elemento intangível da cultura e descortina a alma, o ser, o sentir, o estar, o haver. O imaginário da nossa gente. Nosso repertório afetivo.

Rede de manifestações coletivas que se transformaram no correr do tempo, mas sem perder as suas origens. Cultura rica, tão peculiar, revelada nas tecnologias patrimoniais empregadas na construção dos engenhos, das azenhas, das casas, das baleeiras, no manejo da terra, nos equipamentos de pesca, nas alfaias agrícolas; expressões artísticas e lúdicas da música, a cantoria, as cantigas de roda e de ninar, o desafio, os ternos de reis, as folias do Divino, as danças e os folguedos; a culinária à base de peixes, crustáceos e farinha de mandioca, com receitas que misturam pratos da cozinha açoriana, indígena e africana; na arte popular do artesanato representado, principalmente, pela renda de bilro, a tramóia, rede de pesca, o crivo, a tecelagem doméstica, a cestaria, as delicadas peças de enfeite e nas flores confeccionadas com escamas de peixe, conchas, búzios e palha; as brincadeiras e jogos, a linguagem enriquecida com o vocabulário ilhéu ímpar e o jeito cantado e ligeiro de falar; a literatura escrita e oral dos contos, as quadrinhas, o Pão-por-Deus; os provérbios, as lendas e parlendas, adivinhas, as orações; o imaginário insular e fantástico povoado de bruxas, lobisomens, boitatás, a mitologia, as crenças, superstições, a medicina caseira e as benzeduras; as festas populares e as tradições religiosas que identificam a reprodução de ritos e símbolos devocionais, característico de uma profunda vivência religiosa.

A forte religiosidade do povo de Florianópolis é justificada pelo próprio processo do povoamento açoriano do século XVIII quando os valores, os cultos e as tradições religiosas foram transplantados e intensamente praticados. Na memória histórica e social dos primeiros anos da Vila Nossa Senhora do Desterro bem como das demais freguesias e vilas criadas ao longo do litoral, a preocupação com a vida espiritual e com o atendimento religioso das populações migrantes é comprovada pela já citada Provisão Régia de 9 de agosto de 1747, que ordenava o povoamento e determinava a vinda de sacerdotes, a construção de Igrejas e o cuidado para que todos os colonos recebessem a assistência espiritual, os sacramentos e os cultos litúrgicos ou ainda pela Provisão do Conselho Ultramarino, de 17 de julho de 1748 que determinava a construção da Igreja Matriz do Desterro para que os “cazaes” não ficassem sem o seu lugar de culto.

Sobre a existência de templos nas freguesias da Ilha, no ano de 1765 , cita Piazza (1999:320) o artigo *Informação do Governador Francisco de Souza Menezes*, publicado na revista do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina, nº 2, v. 1, 1902: 25-26:

“Há mais na dita ilha a freguesia de Na.Sa.das Necessidades, em distância de quatro léguas da dita Vila,fazendo caminho por terra,e tem esta freguezia uma Igreja nobre, que erigiu, com permissão de S.Magestade, o governador D.José de Melo Manoel, e tanto a dita Igreja, como de Na.Sa.do Desterro, capital da Ilha, são os únicos edifícios, que há nela dedicados a N.Senhor, que parecem templos e casas suas.”

Para que os açorianos não ficassem sem o seu pastor espiritual, sem a celebração do sacrifício da Missa e sem administração dos sacramentos, sacerdotes foram embarcados dos Açores e da Madeira para Santa Catarina e proveram as novas freguesias. Entre os primeiros clérigos nomeados encontram-se o Pe. Domingos Pereira Telles,natural da Ilha do Pico, Vigário da freguesia de Nossa Senhora das Necessidades, o Pe. Manuel Cabral de Bitancourt (natural da Ilha de São Jorge), Pároco da povoação de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, o Pe. Manoel de Souza de Menezes (natural da Ilha Terceira),coadjutor da Matriz, Pe.Manoel Francisco de Medeiros, natural de Ponta Delgada, Ilha de São

Miguel e o Pe. Marcelino de Sousa Abreu, também coadjutor da Matriz, natural da Ilha da Madeira. (in: CABRAL, 1970:103).

Desta maneira, sendo os primeiros padres e párocos provenientes dos Açores e também da Madeira, era natural que as tradições religiosas e suas manifestações fossem preservadas e reproduzidas no correr das gerações.

As crônicas mais antigas falam de celebrações e festas religiosas tradicionais e quais as mais concorridas em toda Ilha, bem como sua importância no contexto social e político de Desterro. Os primeiros registros são dos anos setecentos, atravessam as dobras do tempo e chegam no século XXI com a mesma intensidade de louvor. Dentre as principais festas religiosas e ainda sobreviventes estão a Festa de São Sebastião (20 de janeiro), a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes (2 de fevereiro), a Festa de Nossa Senhora do Desterro, padroeira da Catedral Florianópolis (17 de fevereiro), a Festa de São Pedro, padroeiro da Barra da Lagoa e do Pântano do Sul (29 de junho), a Festa Nossa Senhora da Lapa, padroeira do Ribeirão da Ilha (8 de setembro), a festa Nossa Senhora da Conceição, padroeira da Lagoa da Conceição, a Festa de Santa Catarina de Alexandria, padroeira da Ilha e do Estado de Santa Catarina (25 de novembro), a procissão de Corpus Christi, a procissão do Senhor Jesus dos Passos e a Festa do Divino Espírito Santo.

Se a Procissão do Senhor dos Passos, celebrada desde 1765 e considerada um dos símbolos da cidade de Florianópolis, representa momento de profunda religiosidade popular desde a Lavação da Imagem, Transladação, Procissão e o Sermão do Encontro, reunindo milhares de pessoas e pagadores de promessa num comovente testemunho de fé e de devoção. A Festa do Divino Espírito Santo, representa o maior símbolo da presença açoriana no contexto cultural de Florianópolis. Uma força emblemática de louvor e crença que atravessou o Atlântico guardada no coração da gente açoriana bem junto das saudades de suas Ilhas. Sua intensa manifestação envolvendo todas as comunidades do município alimenta uma tradição secular que mesmo sofrendo transformações no decurso do tempo, fortalece uma herança comum que nos une aos Açores e seu povo.

Na Ilha de Santa Catarina e na área continental acontece a Festa do Divino Espírito Santo: no distrito sede, Florianópolis, na Capela do Espírito Santo localizada na Praça Getúlio Vargas e nos seguintes distritos e bairros: Ribeirão da Ilha, Pântano do Sul, Campeche, Cachoeira do Rio Tavares, Lagoa da Conceição,

Barra da Lagoa, São João do Rio Vermelho, Canasvieiras, Monte Verde (Saco Grande), Santo Antônio de Lisboa, Trindade e no Estreito, situado na parte continental. Há em cada uma destas localidades características particulares seja na celebração de solenes rituais religiosos seja na realização de grandes festejos populares de caráter profano ao Espírito Santo. É o Ciclo do Divino que se inicia no domingo de Pentecoste, cinqüenta dias após a Páscoa, de acordo com o calendário litúrgico da Igreja Católica, nos meses de maio e junho e que se encerra no mês de setembro quando ocorre a última festa do ano, A Festa do Divino Espírito Santo e Nossa Senhora das Necessidades, de Santo Antônio de Lisboa.

O visitador do “Continente Sul”, Pe. Bento Cortes de Toledo, de 1799 a 1800, em seu livro de visitas anotou a existência da Irmandade do Espírito Santo na freguesia de Nossa Senhora do Desterro. Informação que seria confirmada em 1811 pelo Visitador Pe. Agostinho José Mendes dos Reis, em seu Termo de Visita em que dá ciência da presença da Irmandade do Divino Espírito Santo tão somente na “freguesia Vila Nossa Senhora do Desterro da Ilha de Santa Catarina” onde fez o registro de 954 “fogos” com 5.074 “almas de sacramento”.

Em Florianópolis, destaca-se a presença de três Irmandades do Divino Espírito Santo: a da Capela do Divino Espírito Santo, na região central, da Paróquia de Nossa Senhora do Desterro, a da Paróquia Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha e da Capela de Nossa Senhora das Necessidades de Santo Antônio de Lisboa. Observa-se, nos últimos cinco anos, um movimento para a criação de novas Irmandades por iniciativa da própria comunidade e do pároco. É o caso da Capela de Nossa Senhora da Conceição (Lagoa da Conceição), que no ano 1999 criou a sua e agora está em processo de regulamentação e aprovação e da Capela de São Francisco de Paula (Canasvieiras) que no ano de 2003 deu os primeiros passos para a criação da Irmandade de São Francisco de Paula e Divino Espírito Santo. Fora a isso, identifica-se em quase todas as festas a presença de “Irmãos do Divino” ou “do Santo” – pessoas voluntárias que acompanham a bandeira peditória, participam do cortejo imperial e das cerimônias litúrgicas.

As mais antigas referências sobre a existência da Irmandade e a celebração da festa datam de 1773, ano da instituição da Irmandade do Divino Espírito Santo da Paróquia Nossa Senhora do Desterro e de 1776 ano da realização da primeira Festa do Espírito Santo. Apenas em 1806 aconteceu a primeira festa da Coroação, sendo o primeiro Imperador o Capitão Manoel Francisco da Costa.

O ato de fundação da referida Irmandade contou com a participação de cinquenta irmãos inscritos que contribuíram com uma jóia de 320 réis (uma pataca) de entrada e assumiram o compromisso de pagar uma anuidade de 160 réis, “bem como aceitar os cargos que lhes saíssem, conforme consta dos termos lavrados pelo escrivão Agostinho José Mendes dos Reis”, informa Henrique Fontes que foi seu Provedor de 1929 a 1932 (FONTES, Henrique. 1965:129). Entre os primeiros irmãos encontravam-se pessoas da maior representação social e política da Capitania de Santa Catarina, como o Governador Francisco de Souza de Menezes e sua mulher Dona Caetana Ignácia de Azevedo.

A Primeira Mesa Administrativa foi composta com os seguintes irmãos: Juiz – Capitão Antônio Tavares Ferreira; Secretário – José Pereira da Costa; Tesoureiro – Aleixo Maria Caetano; Mesários – Antônio Lopes da Costa, Bento Gonçalves da Silva, Floriano Eloy de Medeiros, Miguel Alves, João Machado, Estanislau Damásio da Silva, Bento Gonçalves da Silveira e Roque Rodrigues Prates.

Segundo o discurso proferido a 7 de julho de 1932, pelo Dr. Henrique da Silva Fontes, ao passar o cargo de Provedor da Irmandade do Divino Espírito Santo e Asilo de Órfãos São Vicente de Paulo ao Major Lauro Marques Linhares, foi em janeiro de 1774 que chegaram de Portugal as insígnias principais do culto, formado pela Coroa de prata lavrada e Cetro, também de prata, encimado por uma pombinha, símbolo do Espírito Santo e a custódia da Irmandade. A Salva de prata, onde fica depositada a Coroa e o Cetro foi adquirida em 1808.

Confraria de homens livre de caráter religioso e assistencial, tendo como finalidade precípua o Culto ao Divino Espírito Santo, o aperfeiçoamento de seus membros, a manutenção da capela e alfaias, administração de estabelecimentos pios e a celebração da festa de seu Orago no domingo de Pentecostes, conforme expresso no Capítulo I, Seção I, art. 2º, do seu termo de Compromisso aprovado em 3 de novembro de 1937:

“A Irmandade festejará o seu Orago no domingo de Pentecostes, com comunhão geral, missa cantada, sermão do Evangelho, Te-Deum e novenas. Estas solenidades terão lugar no todo ou em parte, conforme as condições financeiras da Irmandade.”

Cabe esclarecer que o referido Termo de Compromisso é o sexto, haja vista que outros foram anteriormente firmados, respectivamente, o primeiro, na época de sua instituição, e extraviado durante a invasão espanhola (1777- 1778) quando as forças de Pedro Ceballos Cortez y Calderon levaram a pacata Desterro ao pânico, um segundo em 1779 quando a paz entre Portugal e Espanha foi assinada, um terceiro em 1827, um quarto de 1873 e um quinto em 1896. Na verdade, ao longo dos anos a Irmandade tem atualizado seu Termo de Compromisso em decorrência das transformações sócio culturais, de mudança de mentalidade e da própria legislação que regula as ações das sociedades civis.

A sala do Império que ficava junto à Igreja Matriz e foi demolida em 1845 sendo substituída por uma nova sala, que foi denominada de Capela do Espírito Santo.

A Irmandade em sua trajetória histórica enfrentou grandes dificuldades, em seu relacionamento com as autoridades eclesiásticas no final do século XIX e primeiro quartel do século XX. Considerada irregular, em 1886, pelo Vigário Padre Manoel Joaquim Alves Soares, voltaria a se reorganizar somente dez anos depois, sendo aprovada no dia 23 de janeiro de 1896 pelo Vigário Geral Forense Pe. João Batista de Oliveira que deu posse à nova Mesa Administrativa. Neste mesmo ano, a Irmandade começa a planejar a criação de um “Asylo de Orphãos Desvallidos”, o qual teve a pedra fundamental lançada a 3 de maio de 1900 em terreno de chácara e uma casa, situada na rua Almirante Alvim, doada por Dona Maria Francisca de Paula Braga para a instituição do Asilo. Em 8 de setembro de 1910, com grande concurso popular e na presença do Governador Coronel Gustavo Richard, a Irmandade inaugura àquela que seria a primeira obra social da entidade, o “Asylo de Orphãos São Vicente de Paulo”. Com contrato firmado com a Congregação das Irmãs da Divina Providência e a Sociedade de São Vicente de Paulo, a Irmandade assume também o orfanato mantido por essa instituição e com a fusão toma o nome do padroeiro daquela Associação, ficando sob a responsabilidade das Irmãs da Divina Providência a direção do estabelecimento e a formação educacional das meninas até o ano de 1984. Era a realização de um projeto acalentado pelos beneméritos Irmãos que, em 1896, reorganizaram a Irmandade que jazera por dez longos anos em injusta suspensão.

No passar dos anos, pessoas de destaque da sociedade e da vida pública desterrense participaram da Mesa Administrativa. Entre os Provedores, encontram-

se os nomes de Lauro Marques Linhares, Padre Joaquim Sant'Anna, Henrique da Silva Fontes, Fernando Caldeira de Andrade, Otaviano Ramos, Manoel Pedro da Silva, André Wendhausen Júnior.

Um olhar ao tempo pretérito, decorridos 232 anos, consideradas as lutas empreendidas por várias gerações de Irmãos e as rudes provações que passaram desde a sua fundação, como a substituição do culto ao Espírito Santo pelo do Sagrado Coração de Jesus no local que sempre ocupou no altar lateral da Igreja Matriz, por determinação de Dom José de Camargo Barros, Bispo da Diocese do Paraná e Santa Catarina, e um olhar ao tempo presente depara-se com uma Instituição modelar que tem por missão a educação global do ser humano atuando na assistência e formação de crianças e adolescentes em situação de risco social, promovendo a cidadania e o desenvolvimento social. Acompanhou as mudanças sociais e culturais da sociedade globalizada e deu novo rumo às suas atribuições assistenciais.

Nos dias atuais, a Irmandade do Divino Espírito Santo – IDES, PROMENOR, com recursos financeiros provenientes de doações dos Irmãos e da comunidade em geral, de subvenções sociais e convênios mantidos com o poder público, da comercialização de produtos manuais, com promoções beneficente e com a realização da Festa do Divino Espírito Santo desenvolve cinco programas sociais assistindo cerca de mil e quinhentas crianças e adolescentes, a saber:

Abrigo Lar São Vicente de Paulo (antigo Asilo de Orfãos) – realiza atendimento a crianças de 0 a 6 anos, em regime de abrigo provisório, que tiveram seus direitos violados ou foram vítimas de maus tratos, abuso sexual, abandono ou usadas para mendicância;

Centro de Educação Infantil Girassol – CEIG – fundado em 1977, atende crianças de 2 a 6 anos, em regime de creche, provenientes da região metropolitana de Florianópolis, fornecendo todas as refeições diárias e contribuindo para a formação pessoal, psicossocial e educativa;

Programa Espaço Alternativo do Saber – PEAS – criado em 1999, dirigido à crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 14 anos, com a finalidade de desenvolver as potencialidades artísticas, culturais e esportivas bem como cuidar da saúde física e propiciar acompanhamento e orientação nas atividades escolares;

Centro de Aprendizagem Profissional – CEAP – programa multifuncional de aprendizado e qualificação profissional para jovens e adolescentes de 14 a 18 anos, oferecendo cursos de informática e língua estrangeira e capacitação para o primeiro emprego;

Programa Jovem Trabalhador – PJT - É uma evolução do PROMENOR criado pelo Governo do Estado de Santa Catarina em 1971 e incorporado pela Instituição em 1977. Voltado para jovens de 15 a 18 anos promove a capacitação e colocação no mercado de trabalho da região, através de parcerias com órgãos públicos e empresas.

A Irmandade nos seus 232 anos de existência escreve sua história, mantendo vivos os ideais e o compromisso firmado no passado por seus irmãos do Espírito Santo. A “Mesa da Irmandade”, formada por dez irmãos e tendo à frente o Provedor Washington Luiz do Vale Pereira e o Vice-Provedor Luiz Carlos de Oliveira Gomes desempenham um importante e reconhecido papel na comunidade florianopolitana, onde a vivência da caridade, a crença no trabalho, na educação da criança e do jovem com olhos postos no futuro das gerações é o maior testemunho de amor e devoção ao Divino Espírito Santo.

A Irmandade cumpre a missão de resguardar e promover o culto do Espírito Santo, de realizar a festa do seu Orago e de contribuir para o estabelecimento do “império da igualdade,” como pregava na Idade Média o abade italiano Joaquim de Fiori, na tradição mística da Nova Era.

No aspecto religioso, sobressai o Culto em louvor ao Divino Espírito Santo, o uso dos símbolos (coroa, cetro e bandeira), os rituais de celebração e, principalmente a Festa do Divino Espírito Santo com novenas, missas, orações, pagamento de promessas, cantorias, foliões, périplo da Bandeira, folguedos populares e o Imperador, a Imperatriz e sua corte, revelando práticas coletivas num ritual longo e pomposo, em que caminham lado a lado o sagrado e o profano.

Os jornais da antiga Desterro, a partir do século XIX, dão destaque em suas páginas sobre a importância social e religiosa da Festa do Espírito Santo. As edições dos Jornais “O Mensageiro” de 29 de março de 1853, “O Argos” de 21 de julho de 1857 e 7 de junho de 1859, “O Cruzeiro do Sul” de 27 de maio de 1857 e “Santelmo” de 23 de maio de 1858 e 27 de maio de 1858, noticiam amplamente a programação dos festejos, a cerimônia da coroação do Imperador, a bênção dos

pães, as cantorias, os foliões e quermesses, conforme afirma o historiador Osvaldo Rodrigues Cabral em “Nossa Senhora do Desterro – Memória I”,p.262, publicada em 1972:

“era a tradição açoriana que aqui se mantinha na quase totalidade de sua pureza. A festa do Espírito Santo requeria barulho, foguete, música, canto, alegria, muita comida (nos Açores chama-se o bodo) e alguma bebida, muita confraternização para qual, na sua origem, foi instituída. Festa popular por excelência.”

No passado, como no presente, as Festas do Divino Espírito Santo promovidas pela Irmandade caracterizavam-se pelos solenes rituais religiosos e grandes folguedos populares que movimentavam toda a Vila de Desterro e vizinhança.

Virgílio Várzea deixou registrado em “Santa Catarina – A Ilha” (1900,1984), obra laureada pela Comissão Comemorativa do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil, um pungente e encantador relato sobre a Ilha de Santa Catarina e seu povo, na passagem do século XIX para o XX. Em todas as páginas, a minuciosa descrição da paisagem, do cotidiano, das relações de trabalho, dos usos e costumes e da religiosidade revela o amor à sua terra e a profunda sensibilidade deste ilustre artífice da palavra. É com grande esmero e riqueza de detalhes que o escritor, que também pertencia a Irmandade do Espírito Santo, descreve as tradições, o cerimonial, o fervor, o entusiasmo e os festejos.

Ao lado da Igreja Matriz Nossa Senhora do Desterro ficava o Império, vivamente ornamentado com flores e veludo vermelho, era neste espaço que acontecia a entronização do Imperador, a bênção dos pães de promessas e eram expostas as alfaias do Espírito Santo. Era no Império que se guardava os ex-votos de cera, objetos moldados em formato de partes do corpo humano e oferecidos em pagamento de promessas ao Divino.

No imaginário popular, o Império é um espaço que liga o sagrado ao profano e o Imperador representa o poder, com competência de ser o mediador entre o céu e a terra e estabelecer o império da igualdade, da fraternidade entre os homens. Os antigos Impérios eram construções de planta quadrangular, de uma só peça e de

pequena dimensão, tendo por aberturas uma porta fronteira e janelas nas laterais e um frontal triangular encimado por um dos símbolos do Espírito Santo- a pomba ou a coroa – e o registro da data de sua elevação. Singelas e bonitas construções, os Impérios ficavam junto à Igreja e eram abertos durante a celebração de Pentecostes e da Trindade. Testemunhos de uma herança, que por via da diáspora chegaram aqui, aos poucos estas singelas edificações foram desaparecendo e hoje algumas localidades como Ribeirão da Ilha, Campeche, Trindade, São João do Rio Vermelho e Lagoa da Conceição, na Ilha de Santa Catarina, ainda conservam os Impérios dentro da sua finalidade. No entanto, nas demais localidades onde a tradição do Espírito Santo subsiste é montado um Império junto ao Salão Paroquial ou numa casa próxima Igreja durante o período de realização da festa.

Ao lado do Império, a Irmandade erguia todos os anos, uma grande barraca no vasto adro da Igreja Matriz destinada ao leilão das “promessas” ou ofertas doadas ao Divino nos dias de festividade.

A barraca,descreve Virgílio Várzea (p.70):

“ Enfeitada com bandeiras, e toda ornada de ‘giornos’ para a iluminação da noite, apresenta, a proporções enormes, o aspecto risonho dos coretos que se fazem em toda parte por ocasião das festas públicas.”

Um mês antes da festividade, os Irmãos da confraria do Espírito Santo, usando balandrau de seda escarlate, com o emblema da Irmandade bordado no peito, percorriam as ruas da cidade levando a Bandeira do Divino e recolhendo prendas e donativos. Um pequeno cortejo acompanhava a Bandeira em seu périplo por casas e lojas comerciais. Era formado pelo Irmão, que levava a coroa e cetro depositados na salva, e um grupo de foliões com três a quatro músicos, cantadores e o “tripa” - garoto com voz fina, em tom de falsete, sempre prontos a tirar versos de improviso em louvor ao Espírito Santo e a cantar de casa em casa ao som da rebeca, violão, cavaquinho e tambor. Terminada a cantoria a Bandeira entrava na casa, sendo recebida pelos donos da casa que entregava a sua oferta em dinheiro ou uma prenda para ser leiloada. Em algumas moradias eram servidos doces e

licores ou vinhos. Todos os presentes beijavam a Bandeira e havendo doentes acamados era levada para ser beijada e para cobrir o enfermo com o estandarte. Ao sair os foliões cantavam em despedida, agradeciam a doação e com o tambor repicando partiam para a próxima visita.

Eis três quadras que eram entoadas por foliões do Abraão – Capoeiras, e recolhidas por Bento Águedo Vieira em 28 de abril de 1951 (1951:92-100):

*“Ó Divino Espírito Santo
É um Deus por natureza;
Não despreza os filhos pobre(s)
Pela moda da riqueza*

*Vem vindo o Espírito Santo
Trazendo a sua cantoria,
Também traz em seu poder
Paz, saúde e alegria.*

*Com Deus, fiques para o ano,
Até quando Ele volta (r);
Ele deixa as sua(s) graça(s),
Que é para lhe ajuda (r).”*

O poeta Lacerda Coutinho (1841-1902) em deliciosos poemas de pungente leveza satírica, fala de temas populares, cotidianos e de ritos coletivos como em *Folia do Divino*, abaixo reproduzido:

*“Uma bandeira encarnada
Várias fitas multicores
No topo, em ninho de flores,
Uma pomba prateada.*

Uma rabeca safada

*Três ou quatro berradores
Entre dois roucos tambores
Viola desafinada.*

Salva d'estanho e sacola,

*Com emblema columbino
Destinada à oferta, à esmola.*

Isto, e mais algum menino,

*Que tenha gazeado a escola,
É a folia do Divino.*

(Páginas Soltas, Rio de Janeiro:

Typ. Bernard Frères, 1913 p.126)

A Bandeira do Divino corria toda a jurisdição da Paróquia a partir da segunda-feira após a Páscoa até as vésperas do dia de Pentecostes.

As novenas do Divino começam uma semana antes com grande afluência de público que lotava desde o Império, barraca, adro até os recantos da Praça XV de Novembro situada em frente à Igreja Matriz. Após as novenas realizavam-se os leilões de prendas e de “massas de promessas”. Eram massas sovadas e doces em formato de membros, órgãos do corpo – pernas, mão, braço, coração, cabeça, seios, que motivou o voto ao Divino Paráclito. A animação ficava por conta da arte do leiloeiro em apregoar os lances com entusiasmo até o arremate final e a entrega da prenda ao arrematante ou a quem o mesmo dedicasse o objeto leiloado como prova de afeição. Tudo desenrolava num clima de muita alegria, música e queima de foguetes, para encerrar a festiva noite.

A propósito do sucesso da festa, da animação do leilão e da grande barraca armada sobre colunas de madeira e coberta com lona, o Jornal Santelmo, dirigido

por J.J.Lopes noticiou na edição de 23 de maio de 1858, citado por Osvaldo Rodrigues Cabral (1972:265):

“ O Barraco (certamente além do Império...) está em estado de receber e acomodar o belo sexo que, aplaudindo ao Divino, concorre muito para aumentar o produto das ofertas. Um filho de S.Excia. o sr. João José Coutinho (era o Presidente da da Província) é o que faz as vezes de Imperador e a Casa da Residência do sr. Juiz de Direito desta Comarca, próxima a Matriz é a destinada à festança.”

Na edição de 27 de maio, o referido jornal voltava a noticiar:

“A festa esteve notável, com o teatro e o barracão à frente convenientemente arranjados, muita gente, mas com uma banda de música marcial que entretém a reunião, embora a pancadaria do zabumba e caixa atordoe alguns.”

Com uma duração de três dias (sexta-feira, sábado e domingo) os festejos culminavam no domingo de Pentecostes – dia do Espírito Santo. No domingo, logo cedo começava a movimentação para a Festa, com a alvorada de foguetes saudando o grande dia. Pela manhã uma banda de música buscava o Imperador que num “quadro de varas” e com grande cortejo seguia em direção à Matriz para a Missa solene da Coroação. Acompanhava o séqüito imperial, os membros da Irmandade, festeiros, autoridades e convidados, tendo à frente o Alferes da Bandeira.

Durante a celebração da Missa Solene, sermão ao Evangelho e Te-Deum em louvor ao Orago da Irmandade do Espírito Santo, acontecia a cerimônia da coroação do Imperador, a bênção dos pães que seriam doados aos que fizeram oferendas.

Nesta oportunidade, ao proferir o Sermão o celebrante anuncia do púlpito, o nome do festeiro eleito para o ano seguinte. Segundo o costume da Irmandade, constante do seu Termo de Compromisso e vigente até a bem pouco tempo o Festeiro era eleito pelos que compareciam a eleição do Conselho Administrativo, apresentando-se uma nominata de três nomes sobre os quais se procedia a eleição. No caso de empate era escolhido à sorte. O Festeiro ficava responsável

pela realização da festividade de Orago a suas expensas e as despesas da segunda oitava corria por conta da Irmandade.

Terminada a Missa o Imperador coroado e sua corte eram conduzidos em procissão para o Império, onde, tomava acento no seu trono, recebia cumprimentos e os devotos beijavam o cetro encimado pela pombinha. Por volta do meio dia, o Imperador e seu séqüito, tendo à frente a Bandeira do Divino e acompanhado pela Banda Musical se dirigia para a casa onde seria servido o banquete festivo oferecido pelo Festeiro.

Ao anoitecer, o Imperador e comitiva voltavam ao Império e assistiam aos folguedos populares que aconteciam no átrio da Igreja, pela barraca e se estendiam pela Praça em frente com grande participação popular. Famílias chegavam de todos os cantos, jovens, homens e mulheres em trajes de festas enchiam pouco a pouco o espaço e a alegria tomava conta da festa com muita música, retretas, comidas, arrematação de prendas e massas, folias e queima de fogos.

Três dias de intensa festa, findos quais tinha lugar a uma bonita e artística queima de fogos mandados buscar na Corte ou vindos dos Estados vizinhos.

Mais uma vez, recorre-se ao brilho da descrição de Virgílio Várzea (p.73):

“O povo se reúne (...) por três dias, findos os quais tem lugar um belo fogo de vista, composto invariavelmente das velhas peças conhecidas: um navio dando combate as duas fortalezas, o amolador, o casal de valsistas e o antigo e velado painel transparente, onde, no fim de tudo, por uma mutação repentina, surge o símbolo do Divino numa auréola flamejante.”

Até as primeiras décadas do século XX, a festa do Divino Espírito Santo no Desterro (Florianópolis), promovida pela Irmandade manteve-se como o descrito até aqui com poucas alterações ou acréscimos. Como por exemplo, o papel do Imperador que era desempenhado por um homem, depois passou a ser um menino com trajes imperiais acompanhado de um pajem, depois foi introduzida a figura da Imperatriz, damas e mais pajens formando a corte imperial.

A Irmandade do Espírito Santo e a sua capela, teve, por muito tempo sediada num espaço próprio na Igreja Matriz Nossa Senhora do Desterro. Primeiro

havia o Império e depois a Capela no lado direito do altar-mor e, finalmente, em 1909 foi transferida para junto do prédio do Asilo das Órfãos, no arrabalde do Mato Grosso e onde se encontra nos dias de hoje, junto a atual Praça Getúlio Vargas.

Com o passar dos anos, a pompa e a intensidade da celebração da Festa foram diminuindo, sofrendo variações locais motivadas por fatores religiosos e sócio-econômicos de natureza diversa. A tradição adentra o século XX enfraquecida, principalmente, no que tange a realização de festas populares junto aos atos litúrgicos, pois em muitos lugares os folguedos prevaleciam sobre as cerimônias de caráter religioso. Tão é verdade que, em 1905, Dom Duarte Leopoldo e Silva, bispo de Curitiba com jurisdição sobre a Província de Santa Catarina, em visita Pastoral ao Estado se pronunciou sobre a necessidade extinção da festa em decorrência dos folguedos profanos, especialmente, as folias que nada tinham de sagrado. A população não só de Desterro como também das outras localidades do litoral catarinense se revoltaram e não aceitaram a interferência intempestiva do Bispo e a Festa continuou sendo realizada. Anos mais tarde, nova proibição e intromissão direta da Igreja na celebração do Espírito Santo causou grande indignação. Desta feita, a ordem partiu de Dom Joaquim Domingues de Oliveira, Bispo Diocesano de Florianópolis, que proibiu o peditório da Bandeira. Noticiada a determinação pela imprensa catarinense a mesma causou surpresa e uma reação de rebeldia em toda parte. Em Laguna, no sul do Estado, o Jornal "O Albor" em sua edição de 7 de novembro de 1915, estampa com desagrado a novidade vinda da Capital, levando ao conhecimento dos lagunenses e leitores sulistas da desagradável interferência episcopal nos festejos populares do Espírito Santo, uma tradição do povo barriga verde. Embora, em muitos municípios a ordem fosse ignorada, sem dúvida que essa proibição contribuiu para diminuir a intensidade do festejo.

Nas décadas de 60 e 70, do século passado, o movimento de modernização urbana e o avanço da construção civil oferecendo um novo perfil e conceito de cidade se instaura no País, sendo ápice a construção de Brasília, um ousado projeto dos arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemayer. Estes novos conceitos de modernidade urbana chegam a Florianópolis, na mesma época em que é criada a Universidade Federal de Santa Catarina trazendo grandes transformações econômicas, culturais e sociais. A provinciana Capital se transforma. O antigo, o passado dava espaço para o novo, para o futuro, para a modernidade. Do antigo

casario e chácaras exuberantes pouco restou. Engenhos, capelas, impérios foram derrubados. No seu lugar foram erguidos edifícios, rasgadas avenidas dando passagem ao progresso e com ele uma página da história edificada da cidade foi desaparecendo. Uma visão funcionalista da sociedade foi sendo construída, uma tendência tão em moda na época, descomprometida com a memória e com a cultura de Florianópolis.

Mas, a festa não desapareceu e continuou sendo realizada sempre com grande devoção e fé pelos populares e os abnegados Irmãos, mantendo-se incólumes os seus ritos tradicionais. Até o ano de 1983 a festa apresentava em sua programação o conjunto de cerimônias religiosas – novenas, tríduos, missas e missa solene da coroação, *Te-Deum* e bênçãos, hino do Espírito Santo – *Veni Creator Spiritus*, os ritos sacro-profanos e os folguedos populares com bingos, barraquinhas, leilões, músicas e foguetório. A alegria tomava conta da Praça, relata com muita graça e humor desconcertante, no seu estilo refinado de falar do nosso cotidiano e tradições, o escritor Sérgio da Costa Ramos na crônica “Vôo da Pombinha,” publicada em sua coluna, no jornal no Diário Catarinense (edição 7074 de 27/8/2005):

“(...) As barraquinhas do Divino, ali da praça Getúlio Vargas, faziam parte do calendário social da cidade. Era a oportunidade de namorar a céu aberto, fora do baile ou do cinema. Depois da arenga daquela visita domiciliar - em que minha avó recolhia o "óbolo" ao Divino e nos convocava ao rito ("venham beijar a pomba"!) - acontecia o melhor: as barraquinhas, os namoros, as prendas arrematadas para fazer presente a alguma 'querida'.

*Os leilões corriam ao pregão de um profissional experiente, que aprendia a ler os olhares e até sabia para "quem" o mimo estava sendo arrematado. As pequenas prendas corriam ao matraquear das roletas, para que fossem sorteados os estojos de sabonetes *Eucalol*, ou as embalagens do perfume *Dirce*, logo ofertados a "alguém", alvo de alguma paixão sincera, ou 'malina'.(..."*

Os treze anos seguintes ou seja até maio de 1996 a Festa entrou em declínio e os festejos populares deixaram de ser realizados. A Irmandade em sua missão de salvaguardar o culto e organizar a Festa limitou-se a respeitar o disposto no Termo

de Compromisso e no seu Estatuto, atendo-se a celebração dos atos religiosos, procissão do cortejo e coroação do Imperador, bênção, distribuição dos pães de promessa e pãezinhos do Espírito Santo.

No ano de 1996, de 23 a 26 de maio, a Festa voltou com toda força da tradição. O Casal Festeiro ao aceitar o compromisso para fazê-la assumiu, também, o desafio de resgatar os folguedos populares, de trazer as barraquinhas e bandas de volta à Praça Getúlio Vargas, de revitalizar e enriquecer os rituais do cortejo imperial, da coroação ao lado da celebração litúrgica e, principalmente, de buscar a efetiva adesão da população de Florianópolis nesta festa que sempre representou parte significativa da nossa memória social e cultural.

A cidade toda se mobilizou e a intensa participação das famílias, das empresas, do comércio em geral, da administração municipal, do governo estadual, dos colégios e em particular dos vizinhos da Praça ou seja do centenário Colégio Coração de Jesus, da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, e da agência Propague, que criou toda a programação visual e comunicação sobre a Festa e a volta das barraquinhas a Praça Getúlio Vargas e da parceria incontestável do jornalista Moacir Benvenuti, originou um sentido de união muito forte e a certeza que a Festa retornava para ficar, resgatando uma das maiores tradições de nossa terra.

Vinte barraquinhas espalharam-se pela Praça, totalmente iluminada, por milhares de lâmpadas, a música da Orquestra da Polícia Militar de Santa Catarina e do conjunto "Band Show" da corporação militar abrilhantavam o espaço. Antes da abertura das barraquinhas, a programação religiosa desenvolvia-se na Capela com reza de novena, celebração da missa e bênção das massas sovadas ou "pão de promessa" na forma de membros do corpo que motivou o voto e dos "pãezinhos do Espírito Santo", os quais são enfeitados com os dons e qualidades do Divino, As massas são vendidas ou leiloadas durante o período da festa e os pãezinhos distribuídos aos fiéis. No sábado, ao cair da tarde, o Imperador, a Imperatriz e sua corte, o Casal Festeiro, a Irmandade e convidados seguiram em cortejo para assistirem à celebração da Missa, acompanhados da Banda do 14º BIM do Exército. Para compor o cortejo imperial foram convidadas crianças pertencentes às instituições assistenciais mantidas pela Irmandade e crianças da comunidade de Florianópolis, sendo que para Imperador foi convidado o menino Felipe Warken do Vale Pereira e para Imperatriz a menina Maria Letícia Elias Pinto da Luz.

No domingo, dia de Pentecoste, dia da festa do Orago, a alvorada de foguetes saúda a grande data. As 9:30 horas da manhã, o cortejo imperial sai da sede da Irmandade, tendo à frente as Bandeiras do Divino, os Imperadores e sua corte, o Casal Festeiro levando as insígnias (ela a coroa e ele o cetro), o Governador do Estado, os sacerdotes, o Provedor da Irmandade, Irmãos e com o acompanhamento da Banda Marcial do Colégio Coração de Jesus, dá uma longa volta em torno da Praça, sendo vivamente aplaudido pelos populares e se dirige à Capela do Espírito Santo. Na linda Capela, entre vitrais coloridos, flores vermelhas e brancas e bandeiras vermelhas dos sete dons do Espírito Santo ornamentam o ambiente da solene celebração da Missa da Coroação presidida pelo Pe. José Artulino Besen, reitor da Catedral, concelebrada pelo Pe. Valter Maurício Goedert e cantada pelo Coral Santa Cecília sob a regência do Pe. Nei Brasil. Após a coroação do Imperador-menino, pelo celebrante, o Provedor da Irmandade anuncia o novo Casal Festeiro que, neste momento, recebe dos atuais festeiros as alfaias do Espírito Santo: a Coroa e o Cetro, símbolo do poder temporal. Dada a bênção final, o Imperador e sua Corte, em procissão dirigem-se ao consistório, situado junto à capela, onde foi montado um “Império”, que representa a antiga edificação, ricamente decorado com veludo vermelho e uma profusão de flores, quando recebem as homenagens dos populares. Na Praça a festa continuou com almoço festivo, com música, animação e as barraquinhas que funcionaram noite adentro num clima de grande confraternização reunindo as famílias num alegre convívio. O apagar das luzes da praça, o fechar das barraquinhas, o silêncio da noite encerrava mais uma Festa do Divino, desta vez com sabor de reconquista de um espaço que estava guardado na memória coletiva.

Foi grande a repercussão alcançada pela volta das barraquinhas, a promoção da tradição ao lado da vivência do culto em louvor ao Espírito Santo.

A jornalista Juliana Wosgraus na sua coluna do Jornal Diário Catarinense, edição de 11 de maio de 1996, publicou a seguinte nota:

“ Divina Festa do Divino

(...) vai agitar a Praça Getúlio Vargas, ao lado do Corpo de Bombeiros, em Florianópolis, de 23 a 26 próximos. A Irmandade do Divino Espírito Santo está resgatando a festa que já existe há 223 anos, mas que ultimamente estava restrita aos atos litúrgicos. Que, já levaram inúmeras famílias para

a praça e está na memória e raízes da cidade”

O título da nota “Divina Festa do Divino” foi adotado pela população e daí para frente passou a denominar a festa e hoje é marca reconhecida.

Sobre o resgate da Festa,o jornalista Aldírio Simões, de saudosa memória, assim publica na sua coluna “Fala Mané”, no Jornal A Notícia, no A.N.Capital, na edição de 24 de maio de 1996, ele que era um “ manezinho” de Canasvieiras e defensor ferrenho da cultura da Ilha, a crônica “A Festa do Divino” de onde extraímos o que segue:

“Quermesses com barraquinhas, oferecimentos musicais e o espoucar de foguetes sempre foram um forte atrativo para o povo de Florianópolis.(...) Para resgatar todo este folclore com a cara da ilha, assim como o forte referencial religioso, a cidade conta com o retorno da tradicional Festa do Divino Espírito Santo na Praça Getúlio Vargas, aberta ontem à noite, depois de uma inatividade de 13 anos.(...) Vejo o retorno da Festa do Divino, na chamada praça dos Bombeiros, com os olhos de menino, assim como muita gente de minha época, tenho certeza.”

Para completar, o cronista Sérgio da Costa Ramos em sua coluna no Diário Catarinense, na edição de 28 de maio de 1996, na deliciosa crônica “Barraquinha do Divino” assim expressou a sua satisfação pela tradição revivida:

(...)Toda essa festa acaba de ser revivida, o que é digno de sincero regozijo. Ressuscitaram, também,as Barraquinhas do Divino, forma adaptada do ‘leilão de prendas’ de que nos fala a tradição. Aleluia. As ‘ barraquinhas’ do Divino,ali, na Praça Getúlio Vargas, junto à Igrejinha do Espírito Santo, fazem parte do meu mais caro e prezado ‘pout-pourri’ de lembranças infanto-juvenis. (...)

Desta maneira, a partir de 1996 a tradicional Festa do Divino Espírito Santo, na Praça Getúlio Vargas foi revitalizada e a cada edição se expandiu exigindo uma

maior organização e conquistando a posição de ser um dos maiores e mais concorridos eventos da cidade de Florianópolis e um dos pilares de sustentação financeira da Irmandade. Fico orgulhosa de ter contribuído com a reinvenção das tradicionais barraquinhas do Divino e de ter dado uma nova configuração respeitando a secular tradição, pois neste ano de 1996 coube a meu marido e eu, como Casal Festeiro, o desafio de resgatá-la.

Nos anos subseqüentes, a Irmandade contou com a parceria do Colégio Coração de Jesus o que provocou alterações e acréscimos na programação litúrgica com a realização da Procissão Luminosa e Cortejo seguido de Missa Campal no sábado à noite e no domingo de Pentecoste, pela manhã, procissão do Cortejo Imperial e solene Missa Campal, em louvor ao Espírito Santo. Foram introduzidos mais dois cortejos imperiais e assim a Festa passou a contar com uma Corte Mirim, formada por alunos da Pré Escola e que se apresenta na quinta-feira à tarde, uma Corte Infantil, formados com alunos da 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental e o cortejo desfila na sexta-feira à tarde e a Corte Imperial oficial, formada por alunos da 5ª a 8ª série e do II grau, cujo cortejo solene acontece no sábado. No domingo, pela manhã, os três cortejos saem em procissão saindo das dependências Colégio Coração de Jesus, tendo à frente as portas-bandeira do Divino e se dirigem ao altar armado, na ponta extrema da rua Almirante Alvim, onde é oficiada a solene Missa Campal.

O envolvimento direto do Colégio Coração de Jesus, no planejamento e organização da festa e a participação dos alunos no Cortejo Imperial e na programação cultural que se desenvolve junto das barraquinhas na Praça, aumentou consideravelmente a participação popular. Hoje em dia, a Festa do Divino Espírito Santo da Praça Getúlio Vargas, perdeu parte das características tradicionais de seu ritual sacro-profano com as mudanças introduzidas, como, por exemplo, abolir a cerimônia da coroação do Imperador. Todavia, na sua essência bem como nos símbolos e elementos constitutivos mantém os mesmos princípios norteadores do Divino Culto. Por outro lado, há que se considerar que a Festa ganhou na grandiosidade, na suntuosidade, na dimensão e na projeção em toda região da Grande Florianópolis e para além. Ganhou, com certeza, no maior conagraçamento das famílias, na imensa participação popular marcada pela emoção e pela fé, intensificando a vivência da religiosidade, propagação do culto ao Espírito Santo e mantendo viva a secular tradição. Ainda que a Bandeira do Divino, não

visite as casas, em seu périplo para arrecadar prendas e levar as bênçãos do Espírito Santo àquelas moradias. Ainda que os foliões não levem mais sua cantoria pelas ruas de uma Florianópolis – Capital cosmopolita, ainda assim as crenças e a devoção ao Divino persistem no beijo contrito ao estandarte vermelho e na pomba do Divino que encima seu mastro, no corte de suas fitas guardadas como um relicário e depósito de toda a esperança de alcançar a graça do Espírito Santo e a bênção de seus dons. Crenças que atravessaram o tempo e gerações e que se mantêm com a mesma fé e intensidade.

A cada ano, quando chega o tempo de Pentecoste, a pombinha do Divino Espírito Santo, que representa a Terceira Pessoa da Santíssima Trindade, *“asperge pela praça poções mágicas de paz e de saudade, sobrevoando a mais doce memória da cidade e abrindo as asas para o futuro, que, afinal, ao Divino pertence”* afiança em doce prosa o cronista Sergio da Costa Ramos ao fecho da “Divina Tradição”, crônica publicada na edição de 28 de maio de 1998 no Jornal Diário Catarinense.

A expansão da Festa do Divino Espírito Santo e a iniciativa da Irmandade serviu de exemplo para outras comunidades da Ilha e do continente que passaram a dar mais atenção a organização do festejo e buscaram uma nova motivação e criatividade salvaguardando a sua memória cultural e evitando que enfraquecesse a sua manifestação.

Lélia Pereira da Silva Nunes

Caminhos do Divino, Um olhar sobre o Espírito Santo em Santa Catarina,
Ed. Insular, II edição. Florianópolis, 2010.